



CLIPPING



26 e 27 de
Março
2022

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

EM POUCAS LINHAS

- **O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Estado do Pará, Eduardo Imbiriba, empossou, em cerimônia presencial, a nova diretoria e os integrantes do conselho subseccional da entidade de classe no município de Paragominas.**
- A subseção será presidida pelo advogado Tibério César Sampaio Teixeira.
- **Lançada pelo Poder Judiciário do Pará, por meio do Núcleo Socioambiental, a campanha “Faxina nos Armários 2022” vai coletar canetas esferográficas, hidrocor, marcadores de texto e outros utilizados por alunos das escolas de Belém.**
- As canetas recolhidas serão trocadas por canetas vermelhas novas, em desuso no estoque do Tribunal de Justiça do Pará, por conta da adoção de rotinas virtuais e digitalização de processos.
- **E o material será enviado para uma empresa especializada em fazer o descarte correto.**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER 70

> CASAMENTO COMUNITÁRIO

Seguem até 2 de abril as inscrições para o casamento comunitário a ser realizado pelo Tribunal de Justiça do Pará no dia 14 de maio. As inscrições podem ser feitas na sede da Ouvidoria Agrária, na avenida Conselheiro Furtado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

INFORME PUBLICITÁRIO

PANORAMA OAB

Entenda o que é o Quinto Constitucional

A Constituição Brasileira de 1988 prevê em seu artigo 94 a existência do Quinto Constitucional, um mecanismo que reserva um quinto das vagas de desembargador de determinados tribunais a serem preenchidas por advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil ou membros do Ministério Público.

É exigido dos candidatos a comprovação de que tenham, no mínimo, 10 anos de exercício da profissão, notório saber jurídico e reputação ilibada.

No Pará, a eleição se dá a partir de uma série de etapas previstas em edital público. O processo inclui uma fase de consulta à classe, quando são selecionados os doze

candidatos mais votados e uma sabatina conduzida por uma Comissão de Arguição. Em seguida, o Conselho Seccional elabora uma lista sêxtupla que é encaminhada para análise do pleno de desembargadores do Tribunal de Justiça. Os três candidatos mais bem avaliados compõem uma lista tríplice que é entregue ao Governador do Estado, a quem cabe a decisão final sobre quem será o novo desembargador.

O Quinto Constitucional garante que os tribunais tenham uma composição mais plural e diversa em termos de visões de mundo, colaborando assim para o fortalecimento do exercício da magistratura e da justiça brasileira.

DE MÃOS DADAS
COM O FUTURO
GESTÃO 2022-2024



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**POR DENTRO**

Ronaldo Brasileiro

Siga: [@rbrasiliense](#) | [ronaldobrasiliense](#)

Delegado Fonseca volta com devassa

Reconduzido pela Justiça ao cargo de prefeito de Oriximiná, no oeste do Pará, o delegado da Polícia Civil Wilson Fonseca reassumiu prometendo fazer uma devassa na administração de seu vice, Argemiro Junior, que assumiu a prefeitura com sua cassação.

Delegado Fonseca quer saber

as razões que levaram ao fechamento da usina de asfalto que a prefeitura comprou na sua curta gestão e passar no raio-x todos os convênios e contratações feitos por Argemirinho, como é conhecido seu vice.

- Não sobrará pedra sobre pedra, tem dito o Delegado Fonseca a seus principais interlocutores.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HABEAS DATA



Raul Luiz Ferraz Filho

MINUTA

- O Tribunal de Justiça do Pará iniciou, no último dia 7, a distribuição de 250 notebooks, destinados ao uso de magistrados e servidores de onze comarcas localizadas no interior do Estado. A ação de entrega do lote, concluída no dia 22, faz parte do Plano de Modernização do Parque Tecnológico do Poder Judiciário do Pará. Antes de serem encaminhados às comarcas, os 250 notebooks foram submetidos a um tratamento prévio de configuração pela equipe técnica do Tribunal.
- A Corregedoria-Geral de Justiça do Poder Judiciário do Pará promoveu correição ordinária na Comarca de Bragança. Coordenada pela desembargadora-corregedora, Rosileide Maria da Costa Cunha, a equipe correcional esteve na 1ª Vara Cível e Empresarial, na 2ª Vara Cível e Empresarial, na Vara Criminal e no Juizado Especial Adjunto Cível e Criminal, com a presença da juíza auxiliar Ana Angélica Olegário. Durante a correição, foram verificadas todas as unidades e as movimentações de processos físicos e eletrônicos.
- O CEJUSC de Ananindeua formalizou, na última quarta-feira, 23, união de 127 casais. A terceira edição do casamento comunitário, que tem parceria com a Prefeitura Municipal e o Cartório do 1º Ofício de Notas e Protestos de Ananindeua, foi realizado a partir das 18h, no Seminário São Pio X. A ação, que tem à frente o juiz Carlos Márcio de Melo Queiroz, vai beneficiar 254 pessoas de baixa renda de forma gratuita.
- “Magistrado é sinônimo de coragem, ousadia, no sentido de avançar e vencer obstáculos”, afirma a desembargadora-presidente do Tribunal de Justiça do Pará, Célia Regina de Lima Pinheiro, dando o tom da maratona de conversas com magistrados e servidores, durante visitas institucionais virtuais às comarcas e unidades judiciárias das 16 regiões em que o Judiciário do Pará faz a prestação do serviço jurisdicional. Durante as visitas, ela conversa diretamente sobre a gestão e anota as principais reivindicações para avaliar formas de atendê-las.
- “Fraternidade e Educação – Fala com sabedoria, ensina com amor”, o tema da Campanha da Fraternidade foi a inspiração para o projeto “Judiciário Fraternal”, desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região para este ano de 2022.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER
DIÁRIO**CASAMENTO**

A Ouvidoria Agrária do TJPA promove o projeto social de Casamento Comunitário, programado para acontecer no dia 14 de maio, na chácara Pedacinho do Céu, em Santa Bárbara. As inscrições podem ser realizadas até 2 de abril, das 8h às 14h, de segunda à sexta-feira, na Ouvidoria Agrária, situada à avenida Conselheiro Furtado, nº. 2949. O projeto da surgiu pela necessidade de regularizar o estado civil dos casais que vivem em união estável ou não, propiciando a inclusão social e o fortalecimento dos vínculos familiares.

O Tribunal do Júri condenou a 19 anos de prisão Christian Roberto da Silva pelo homicídio do padre José Ronaldo Brito, ocorrido em janeiro de 2021, em Santarém. O sacerdote foi morto ao levar uma facada no pescoço. Segundo os autos, réu e a vítima mantinham um relacionamento por 3 anos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PAIS AUSENTES

Cerca de 18 mil crianças no Pará não têm registro paterno

Dados oficiais mostram que em dois anos, ou seja, durante a pandemia, cresceu o número de mães solo, assim como caiu o de reconhecimento de crianças por parte dos pais

CARTÓRIOS

Luiz Flávio

As relações públicas Rafaela Lima tinha 22 anos quando engravidou, apenas 3 meses após o início do seu relacionamento com o pai do seu filho, Caio Lima, hoje com 14 anos. "Não foi uma gravidez planejada. Eu era muito nova e estava em um relacionamento sem nenhuma estabilidade. O relacionamento com o pai do meu filho nunca foi bom", relata.

Após a descoberta da gravidez, o casal resolveu assumir o relacionamento. "Passamos 4 anos juntos, entre os meses da gravidez até a criança completar 3 anos. Ele conseguiu a se relacionar com sua atual esposa quando ainda estava comigo e eu casei com ela depois que separou de mim e a relação com o filho mudou", conta Rafaela, que também faz um curso de piloto privado numa Escola de Aviação Civil.

O caso da RP se encaixa nas estatísticas cada vez mais crescentes das chamadas "mães solo", que lutam para cuidar e educar seus filhos, frutos de relacionamentos com pais ausentes.

Entre 1º de março de 2020 e 21 de março deste ano houve o registro de 236.708 nascimentos em todo o Pará. E a quantidade de pais ausentes é preocupante: do total de nascimentos, 18.551 certidões (7,83%) foram registradas só em nome da mãe.

Os dados são do portal da Transparência do Registro Civil, administrado pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Anppen Brasil), que reúne os dados referentes aos nascimentos, casamentos e óbitos registrados nos 7654 Cartórios de Registro Civil do Brasil, distribuídos em todos os municípios e distritos do país.

QUEDA

Os dados dos Cartórios de Registro Civil parenses mostram ainda que os reconhecimentos de paternidade sofreram diminuição vertiginosa em meio à crise sanitária, passando de 159 atos realizados em 2019, para 99 em 2020.

De acordo com o Tribunal de Justiça do Estado (TJPA) tramitam hoje nas varas do judiciário parense 6.740 ações de reconhecimento de paternidade (litígios e amigáveis), sendo 4.712 nos últimos 3 anos (de 01/03/2020 a 01/03/2022).

Hoje o pai de Caio - que mora em Recife - paga uma pensão alimentícia após um acordo. "Sempre tive sérios problemas em relação ao valor, pois sempre recebi abaixo do que eu achava que deveria. Tivemos uma audiência com o juiz e nas outras vezes, foram feitos acordos, pois tinha urgência na resolução e não dava para aguardar uma decisão da Justiça".

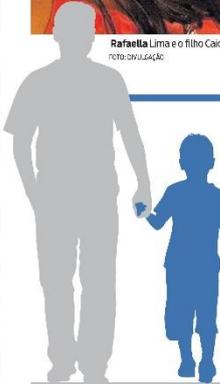
Como a separação não foi amigável e o casal não se fala hoje. "A esposa dele tem ciúmes e quando preciso tratar algo, falo com a irmã ou irmão dele. A nossa situação hoje é estável, pois como meu filho já tem quase 15 anos, muita coisa já é tratada diretamente por ele com o pai, apesar de ainda ser menor", diz.

Rafaela afirma que seu ex-companheiro sempre foi um pai ausente. "Ele não compareceu nos dias mais importantes para nosso filho. Falou em vários aniversários, Primeira Comunhão, Formatura de ARC, Dia dos Pais na escola entre outros. Também não esteve presente quando Caio precisou fazer uma cirurgia e nunca acompanhou o filho ao médico", critica.

O último acordo feito pelo ex-casal foi que Caio iria passar apenas as férias de janeiro com o pai, "já que ele mora em Recife e não fez questão de passar as férias de julho com ele (o filho)".



Rafaela Lima e o filho Caio compartilham uma realidade comum a muitas famílias brasileiras



PROJETO "PAI PRESENTE"

Para reconhecimento voluntário

FILHO MENOR

- Precizam estar presentes: Pai e Mãe
- Documentação necessária (Cópia e original):
 - **Pai:** Carteira de identidade, CPF, Comprovante de Residência (atual);
 - **Mãe (ou responsável legal):** Carteira de Identidade, CPF, Comprovante de Residência (atual);
 - **Menor:** Certidão de Nascimento (sem registro paterno).

FILHO MAIOR

- Precizam estar presentes: Pai e Filho Maior
- Documentação necessária (Cópia e original):
 - **Maior:** Carteira de identidade, CPF, Comprovante de Residência (atual) e Certidão de Nascimento e/ou Casamento (sem registro paterno);
 - **Pai:** Carteira de identidade, CPF, Comprovante de Residência (atual).

EXAME DE DNA-DEMANDA ESPONTÂNEA/ AMIGÁVEL.

Cadastro para realização de exame de DNA (realizado na própria Casa de Justiça e Cidadania através de mutirão com apoio do Tribunal de Justiça do Estado do Pará).

FILHO MENOR

- Precizam estar presentes: Suposto Pai e Mãe
- Documentação necessária (Cópia e original):
 - **Suposto Pai:** Carteira de identidade, CPF, Comprovante de Residência (atual);
 - **Mãe (ou responsável legal):** Carteira de identidade, CPF, Comprovante de Residência (atual);
 - **Menor:** Certidão de Nascimento (sem registro paterno).

FILHO MAIOR

- Precizam estar presentes: Suposto Pai, Mãe e Filho Maior
- Documentação necessária (Cópia e original):
 - **Maior:** Carteira de identidade, CPF, Comprovante de Residência (atual) e Certidão de Nascimento e/ou Casamento (sem registro paterno);
 - **Mãe (ou responsável legal):** Carteira de identidade, CPF, Comprovante de Residência (atual);
 - **Suposto Pai:** Carteira de identidade, CPF, Comprovante de Residência (atual).

DECISÃO JUDICIAL

Após o trâmite do reconhecimento de paternidade, a sentença/mandado de averbação, assinado pela Juiz coordenadora da Casa de Justiça e Cidadania, Antonieta Maria Ferrari Mileto, é enviada ao cartório de registro competente, com a finalidade de acrescentar o nome paterno na certidão de nascimento e/ou casamento. É importante ressaltar que todo o processo é feito gratuitamente.

IMPORTANTE: O projeto é voltado para as pessoas em que não exista o registro paterno na Certidão de Nascimento ou Casamento.

SERVIÇO

A Casa de Justiça e Cidadania funciona na avenida Pedro Miranda, 1593, esquina com Angustura (Rondar Pedreira), onde ocorre atendimento presencial de 8h às 14h, exceto a coleta de DNA, suspensa no local em razão dos protocolos de prevenção à COVID-19. (Com informações do Tribunal de Justiça do Estado)

Projeto estimula o reconhecimento voluntário

De acordo com levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), hoje, no Brasil, existem mais de 11 milhões de mães solo chefiando seus lares. Mesmo sendo uma grande parcela da sociedade, elas ainda sofrem e precisam se reinventar todos os dias para poder realizar tanto a si mesmas, quanto aos filhos. A realidade de Rafaela é igual a de milhares de mulheres espalhadas pelo Brasil em que os pais abandonaram os filhos sem fazer o registro de nascimento. O direito à paternidade responsável foi garantido a todos os brasileiros com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (art. 226, inciso 7º). Mas ainda exigindo o número de atos em que o registro da criança foi feito sem conste o nome do pai. Além do abandono, um dos fatores que colaboraram para essa situação é a falta de informações sobre os procedimentos a serem adotados para o registro de recém-nascidos.

Para corrigir esse problema foi criado o projeto "Pai Presente", parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os Tribunais de Justiça dos Estados. No Pará a Casa de Justiça e Cidadania (CJC) executa o projeto desde 2011 como forma de estimular o reconhecimento voluntário de paternidade. De janeiro de 2020 a março de 2021, o projeto Pai Presente, excluindo o período de lockdown e expediente interno, realizou 90 reconhecimentos voluntários de paternidade, 733 orientações jurídicas presenciais diversas. No período da pandemia houve um aumento expressivo das orientações jurídicas via telefone. De janeiro a dezembro de 2021, foram 123 atendimentos. Quanto ao exame de DNA, o total de coletas feitas na CJC de 2012 até março de 2020 foi de cerca de 450. A última coleta de DNA foi realizada em 14 de março de 2020 com 6 interessados.

DIREITO NATURAL

Para a coordenadora da CJC, juíza Antonieta Maria Ferrari Mileto, "o reconhecimento voluntário de paternidade é um direito natural e fundamental para garantir que o indivíduo usufrua de forma plena da sua cidadania". O CNJ, com base no censo escolar de 2009, levantou a quantidade de alunos que não possuem o registro paterno na certidão de nascimento e enviou para os TJs. A Casa de Justiça e Cidadania ficou responsável pelas escolas estaduais e Municipais de Belém, Ananindeua e Iteocaraí, nos outros municípios o projeto é realizado nas Varas de Família do Fórum competente, com a finalidade de estimular o reconhecimento voluntário de paternidade.



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

ALBERTO CAMPOS TEM FOTO COLOCADA NA GALERIA DE PRESIDENTES DA OAB-PA

Dia 10 durante a abertura da 2ª sessão ordinária do Conselho Seccional da OAB-PA neste triênio, houve a aposição da foto de Alberto Campos na "Galeria de Presidentes da OAB-PA", com a presença de diretores e conselheiros seccionais presentes, que aplaudiram o mais novo membro honorário vitalício da instituição. Eleito em 2015, Alberto Campos presidiu a Ordem no Pará nos triênios 2016-2018 e 2019-2021. Também integrou o Conselho Gestor do Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (FIDA). Atualmente, exerce o cargo de conselheiro federal pela OAB-PA.



TRE do Pará reconhece atuação regular de advogado e consultor

O advogado João Brasil (foto) assumiu em janeiro o cargo de consultor-geral do município de Ananindeua, podendo também se dedicar ao seu escritório. No último dia 22, em sessão do Tribunal Regional Eleitoral, houve arguição de suposta incompatibilidade do causídico. De forma unânime, por 7 votos a 0, os membros do TRE-PA entenderam pela plena regularidade na atuação de Brasil, que inclusive já obteve diversas decisões favoráveis aos seus clientes perante o STF e TSE este ano.



Relação jurídica pauta almoço entre procuradores, defensores e advogados

O Procurador Geral do Estado, Ricardo Sefer e o Defensor Público Geral do Estado, João Paulo Ledo, com suas respectivas diretorias, bem como membros da Associação dos Defensores Públicos, reuniram para um almoço na última segunda-feira com a presença do advogado Alex Centeno. As conversas foram produtivas e voltadas para estreitar as relações jurídicas entre as instituições.

FPPC: advogadas aprovam enunciado sobre improbidade administrativa

As advogadas Brenda Araújo, Lorena Araújo e Ana Celina Alves participaram nesse mês do XI Fórum Permanente de Processualistas Cíveis (FPPC) que ocorreu em Brasília, no grupo de discussão de Improbidade Administrativa, inaugurado este ano. O grupo aprovou 3 enunciados sobre o tema, que irão compor o rol daqueles aprovados desde o primeiro FPPC, e servem como uma orientação consensual dos maiores processualistas do país.



Cesupa recebe Selo "OAB Recomenda"

O Cesupa foi a única instituição particular do Pará a receber o Selo OAB Recomenda, entregue pelo Conselho Federal da OAB, no último dia 16, em Brasília. Esta é a 5ª vez consecutiva que o curso de Direito do Cesupa é contemplado, em uma avaliação que analisou 1.255 cursos de graduação do país, dos quais apenas 13% foram reconhecidos. Na foto, o professor Arthur Laércio Hornici, coordenador do curso, recebe o Selo das mãos das representantes do Conselho Federal da OAB.

Comissão de Direitos e Sucessões empossada na OAB-PA

A Comissão de Direito das Famílias e Sucessões OAB-PA foi empossada pelo presidente Eduardo Imbiriba no último dia 16, tendo como presidente Vivianne Saraiva, como vice André Beckmann, secretário Saulo Oliveira, diretora financeira Karina Moura e diretora executiva Wanessa Silva.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O INSTITUTO AÇÃO PENSANDO BEM ESTÁ PRONTO PARA A GRANDE NOITE COMEMORATIVA AOS SEUS 18 ANOS

Com nomes de todos os setores da sociedade, o Instituto Ação Pensando Bem está finalizando os

detalhes para o jantar comemorativo pelos seus 18 anos, na quarta-feira, 30/03. Autoridades e personalidades de todos os setores da sociedade

confirmaram presença ao evento, reconhecendo com isso, o trabalho da entidade em prol de muitas causas.



A desmbargadora Luzia Nadja

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELEM

Projeto acolhe crianças e adolescentes que vivem no entorno de shoppings

Objetivo é garantir o direito à escola e à convivência familiar e comunitária

O Liberal

27.03.22 9h42



Acolher crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade extrema, que se encontram na rua, dentro ou ao redor dos shopping centers da capital, é o principal objetivo do projeto “Eu também faço parte”, lançado na última quinta-feira (24) pela 1ª Vara da Infância e da Juventude de Belém, para garantir o direito à escola e à convivência familiar e comunitária. A reunião contou com a presença de instituições públicas, como Ministério Público, Defensoria, Polícia Militar, Guarda Municipal, Fundação Papa João XXIII, Conselho Tutelar, além de representantes dos shoppings e da Fibra Centro Universitário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A juíza titular da Vara, Rubilene Silva Rosário, explica as razões da iniciativa. “É muito comum você ir à praça de alimentação desses estabelecimentos e encontrar crianças e adolescentes pedindo dinheiro, alimento, na rua mesmo, no entorno desses estabelecimentos. E isso as expõe a várias situações, violência sexual, intrafamiliar, enfim, o trabalho tira essas crianças da escola, da convivência familiar, do lazer, então a gente vai mobilizar a todos para trabalhar de forma integrada. O Judiciário faz parte dessa mudança, eu também faço parte, a sociedade civil também pode fazer parte”, diz.

Ela ainda informou que o trabalho do padre Bruno Sechi, fundador do Movimento de Emaús, é a principal inspiração do projeto, que busca a proteção integral de crianças e adolescentes para empoderá-las e habilitá-las a transformar a própria realidade, tarefa que, segundo a magistrada, é de corresponsabilidade do Estado, da família e da sociedade. “Esse projeto está em construção. Quem quiser, pode fazer parte dessa mudança de pensamento, desse acolhimento, desse olhar diferenciado para essas crianças que estão em situação de vulnerabilidade extrema”, observa a juíza.

Mas não se trata de fiscalização com finalidade repressiva, diz Rubilene, e sim de um trabalho voltado à prevenção e ao cuidado. “A gente vai tentar inserir essa família, essa criança na rede de atendimento, buscando fortalecer os vínculos familiares e reinseri-la na escola”, explica, ao informar que a ideia é de que o acolhimento possa ser feito em um espaço nos próprios shoppings ou no entorno. “Vamos chamar essa família à responsabilidade e começar a trabalhar oficinas de arte, inserção em atividades físicas, capacitação profissional, inserção deles na escola, vamos colocar essa galera pra estudar”, resume.

Segundo o superintendente de um dos shoppings da capital e coordenador estadual da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), Toni Bonna, a indústria de shopping centers entende seus empreendimentos para além da perspectiva comercial. “Os shoppings são instrumentos comunitários. Então, a gente tem que estar atento a todos os problemas da sociedade”, disse ele.

Sobre as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nos shoppings, ele diz que a expectativa é de poder participar do projeto como parte integrante da rede de proteção. “Essas crianças, muitas vezes, estão fazendo abordagem dentro dos shopping centers e nós não podemos simplesmente colocá-las para fora. Então, a gente quer entender o problema dessas crianças, saber encaminhá-las para que tenham um futuro”, diz ele.

O projeto será muito pertinente, na avaliação do diretor jurídico da Fibra, Afonso Arino, que avalia o projeto como “essencial e extremamente importante para o momento que estamos vivendo, inclusive com o agravamento das questões econômicas”. “Vai ser muito pertinente o projeto, essa atuação integrada tanto do poder público quanto da sociedade”. Ele diz que a Fibra tem experiência no atendimento à comunidade e pretende integrar suas atividades, tanto na área de saúde quanto na de assistência, “àquilo que for possível ao que o projeto pretende desenvolver”, garante.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Quer casar de graça? Tribunal organiza casamento comunitário

O evento está sendo realizado pela Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. As inscrições devem ser feitas até o dia 2 abril. Saiba mais!

segunda-feira, 28/03/2022, 17:11 - Atualizado em 28/03/2022, 17:26

- Autor: **Com informações do TJPA**



O evento será realizado no dia 14 de maio, em uma chácara localizada no município de Santa Bárbara | Marcelo Seabra/Agência Pará

Legalizar a relação perante a lei e poder ter um momento especial na vida de casal é o sonho de muita gente. O casamento comunitário é ideal para quem não tem condições de pagar uma festa ou as despesas com cartório e se tornou fundamental na vida de muitos casais que pretendem oficializar a união matrimonial.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Previsão é de temporal e alerta a quedas de árvores em Belém

A Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) tem investido no projeto social de Casamento Comunitário. Os casais interessados devem realizar a inscrição para participar do evento até o dia 2 de abril. As inscrições podem ser feitas de segunda à sexta-feira, das 8h às 14h, na Ouvidoria Agrária, localizada na avenida Conselheiro Furtado, 2949.

A cerimônia será realizada no dia 14 de maio, às 10h, na chácara “Pedacinho do Céu”, localizada na Rodovia Augusto Meira Filho, km 20, nº 172, em Santa Bárbara.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Procurador é o único paraense em lista de racismo

Na época, Ricardo Albuquerque disse que "o problema da escravidão no Brasil foi porque o índio não gosta de trabalhar".

sexta-feira, 25/03/2022, 20:08 - Atualizado em 25/03/2022, 22:00 - Autor: **DOL**

O procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará Ricardo Albuquerque colocou o Pará em uma nada honrosa lista. O procurador, que ficou conhecido após proferir discurso racista contra quilombolas em uma palestra para alunos de uma faculdade particular, em novembro de 2019, foi citado numa lista de racistas em um estudo.

'Escravidão foi porque índio não gosta de trabalhar', afirma procurador do MPPA. Ouça o áudio

Procurador do MPPA é afastado do cargo após fala racista em palestra

O estudo 'Quilombola contra racistas', realizado pela organização Terra de Direitos e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) coloca Ricardo Albuquerque em uma lista de 94 discursos racistas. Ele é o único paraense no ranking.

Com a 'honraria', Albuquerque fica na mesma lista com mais de 20 outros personagens, entre eles o presidente Jair Bolsonaro, além do deputado federal Daniel Silveira, o ex-ministro Abraham Weintraub e o presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo.

O estudo "Quilombola contra racistas" considera como discurso racista "qualquer manifestação que promova, incite ou induza à discriminação racial". O tipo de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

discurso mais proferido foi o de “reforço de estereótipos racistas”, com 39 ocorrências nos últimos três anos. Em seguida, aparecem a “negação da existência do racismo” (24 ocorrências) e a “incitação à restrição de direitos” (18 registros).

RELEMBRE O CASO

O procurador de Justiça e Ouvidor-Geral do Ministério Público do Pará, Ricardo Albuquerque, fez considerações sobre a escravidão no Brasil e trabalho indígena durante uma palestra ministrada para estudantes de Direito na sede da instituição, em Belém. Em um áudio vazado nas redes sociais, o procurador aparece falando que "o problema da escravidão no Brasil foi porque o índio não gosta de trabalhar".

Na gravação, ainda é possível ouvir o procurador afirmar que "não acho que nós tenhamos dívida nenhuma com quilombolas. Nenhum de nós aqui tem navio negreiro", e que os "índios até hoje preferem morrer a trabalhar".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Casamento Comunitário

26 MAR 2022 - 12H00 ATUALIZADO 25 MAR 2022 - 19H20

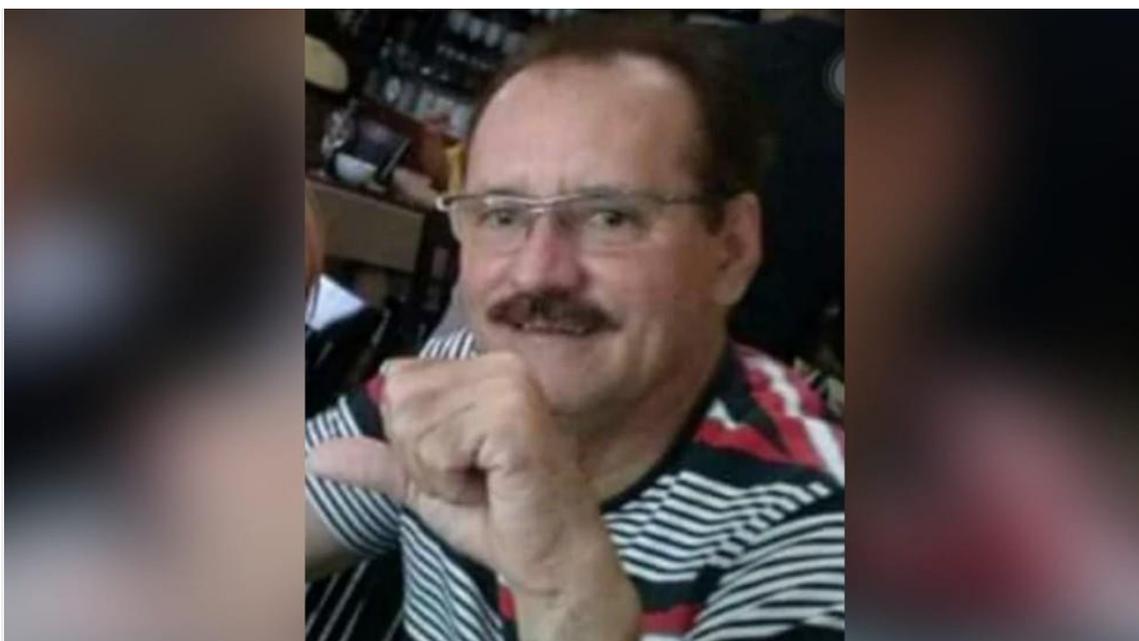
A Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) promove o projeto social de Casamento Comunitário. As inscrições podem ser realizadas até o dia 2 de abril, sempre das 8h às 14h, de segunda à sexta-feira, na Ouvidoria Agrária, situada à avenida Conselheiro Furtado, nº. 2949. Informações pelo WhatsApp (91) 98251-1858 e pelo e-mail ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br.

Empresário preso por estupro de vulnerável vai cumprir prisão em domicílio após decisão do TJPA

Decisão de conversão de regime fechado para domiciliar, por 180 dias, levou em consideração doenças degenerativas do réu condenado a 15 anos de prisão.

Por g1 Santarém e Região — Pará

25/01/2022 14h47 Atualizado há 2 meses



Empresário procurado desde 2016 foi preso em São Paulo em 2021 — Foto: Redes Sociais

Condenado a 15 anos de prisão por estupro de vulnerável, o empresário Rilson Carneiro de Almeida vai cumprir prisão domiciliar por 180 dias em Santarém, no oeste do Pará. A decisão para conversão de regime foi tomada pelo Tribunal de Justiça do Estado na segunda-feira (24).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Durante a Seção de Direito Penal, os desembargadoras e os desembargadores acompanharam a relatora do processo, Vânia Lúcia Carvalho da Silveira, que ratificou a liminar anteriormente concedida e converteu a prisão do réu em domiciliar pelo prazo de seis meses.

Foi levado em consideração que o réu é idoso e portador de doenças degenerativas que comprometem a sua saúde e locomoção, e que o impedem até mesmo de fazer as suas necessidades básicas, como tomar banho e se alimentar.

“ É possível observar no laudo médico particular que o paciente é portador da doença de Parkinson, apresenta tremores de membros superiores, rigidez muscular e lentidão para realização de movimentos, com possível comprometimento cognitivo de grau e etiologia ainda a esclarecer. Apresenta grave limitação para realização de autos-cuidados, como higiene, locomoção, alimentação e administração de suas medicações”, explicou a magistrada.

Rilson Carneiro de Almeida é conhecido na cidade de Santarém. O empresário já foi candidato a vereador. O réu era procurado pela polícia desde 2016 e [foi preso em São Paulo em junho de 2021.](#)

O empresário tinha dois mandados de prisão em aberto, ambos pelo crime de estupro de vulnerável. Em um dos crimes, o mais recente ocorrido durante um evento festivo em uma casa de praia no Carapanari, em Santarém, em fevereiro de 2016, além de estuprar, Rilson teria tentado matar a vítima de 11 anos afogada.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br